



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

**AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL, E.P.E.
(AICEP)**

**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA A AQUISIÇÃO DE
LICENÇAS DE *SOFTWARE* MICROSOFT PARA A AICEP**

0098.2025.CPI.DI

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

ÍNDICE

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO	3
2. OBJETO DO PROCEDIMENTO.....	3
3. ENTIDADE ADJUDICANTE	3
4. AUTORIZAÇÃO DE DESPESA E DECISÃO DE CONTRATAR	3
5. ACESSO ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO E REGRAS DE PARTICIPAÇÃO	3
6. JÚRI DO PROCEDIMENTO	4
7. IMPEDIMENTOS.....	4
8. AGRUPAMENTOS	4
9. ESCLARECIMENTOS, ERROS E OMISSÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO	5
10. PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA	6
11. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA.....	6
12. MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	7
13. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA.....	8
14. CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DA PROPOSTA	8
15. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS.....	9
16. PREÇO BASE	9
17. PREÇO ANORMALMENTE BAIXO	10
18. PROPOSTAS VARIANTES.....	10
19. NEGOCIAÇÃO E LEILÃO ELETRÓNICO	10
20. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS	11
21. CRITÉRIO DE DESEMPATE.....	11
22. RELATÓRIOS PRELIMINAR E FINAL E ADJUDICAÇÃO	11
23. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO.....	11
24. PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO E RETENÇÃO.....	13
25. DESPESAS E ENCARGOS PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.....	14
26. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E FORO COMPETENTE	14
ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO	15
ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO	16
ANEXO III – REGRAS DE REALIZAÇÃO DO SORTEIO.....	17
ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO	18
ANEXO V - MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO	19
ANEXO VI – MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA	20
ANEXO VII - MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO	21



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO

O presente procedimento pré-contratual, adotado ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação (doravante CCP), tem a designação de «Aquisição de Licenças de Software Microsoft para a AICEP» a que corresponde a seguinte referência: 0098.2025.CPI.DI.

2. OBJETO DO PROCEDIMENTO

- 2.1. O presente procedimento pré-contratual tem por objeto a celebração de um contrato de aquisição de Licenças de Software Microsoft, de acordo com o disposto no presente programa do procedimento e no respetivo caderno de encargos.
- 2.2. Os termos, condições e especificações técnicas da aquisição constam do respetivo caderno de encargos, os quais terão de ser observados nos termos legais.

3. ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (doravante AICEP), pessoa coletiva n.º 506 320 120, com sede na Rua Júlio Dinis, n.º 748, 8.º Direito, 4050-012 Porto, e instalações na Rua de Entrecampos, n.º 28, Bloco B, 12.º andar, 1700-158 Lisboa.

4. AUTORIZAÇÃO DE DESPESA E DECISÃO DE CONTRATAR

- 4.1. A decisão de contratar foi tomada por deliberação do Conselho de Administração da AICEP, datada de 04 de junho de 2025, nos termos do disposto no artigo 16.º dos Estatutos da AICEP, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 229/2012, de 26 de outubro, na sua redação atual, e ao abrigo do disposto no artigo 36.º do CCP.
- 4.2. A decisão de contratar foi precedida da obtenção do parecer prévio da Agência para a Modernização Administrativa, I.P., com o n.º 202504031191.

5. ACESSO ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO E REGRAS DE PARTICIPAÇÃO

- 5.1. O presente procedimento pré-contratual será integralmente disponibilizado e tramitado na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, disponível em <https://www.acingov.pt>.
- 5.2. O acesso às peças do presente procedimento pré-contratual, bem como a participação no mesmo, dependem de prévia inscrição na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, disponível em <https://www.acingov.pt>.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

- 5.3. Todas as comunicações e notificações no âmbito do presente procedimento pré-contratual devem ser efetuadas através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov.

6. JÚRI DO PROCEDIMENTO

- 6.1. O presente procedimento pré-contratual é conduzido por um júri, composto por 3 (três) membros efetivos, um dos quais preside, e por 2 (dois) membros suplentes, designados por deliberação do Conselho de Administração da AICEP, datada de 04 de junho de 2025.
- 6.2. A competência para a prática de todos os atos e realização de todas as diligências no âmbito do presente procedimento, com exceção dos previstos na segunda parte do n.º 2 do artigo 69.º do CCP, é do júri.
- 6.3. Compete ao júri, nomeadamente, a prestação de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, a análise e a avaliação das propostas.
- 6.4. O júri pode ser assessorado por pessoas ou entidades tecnicamente qualificadas em relação a qualquer aspeto que possa relevar no âmbito do presente procedimento, sem que, no entanto, essas pessoas ou entidades tenham direito a voto.

7. IMPEDIMENTOS

- 7.1. Nenhuma entidade poderá apresentar mais do que uma proposta, não podendo, designadamente, fazer parte de mais do que um agrupamento, nem concorrer simultaneamente a título individual e integrada num agrupamento concorrente.
- 7.2. Podem ser concorrentes pessoas singulares ou pessoas coletivas, bem como agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre elas exista qualquer vínculo jurídico de associação, que não se encontrem em quaisquer das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

8. AGRUPAMENTOS

- 8.1. Podem ser candidatos ou concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todas as entidades do agrupamento satisfaçam as disposições legais a contratar.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

- 8.2. Os membros de um agrupamento candidato ou concorrente não podem ser candidatos ou concorrentes no mesmo procedimento, de acordo com o estabelecido no CCP, nem integrar outro agrupamento candidato ou concorrente.
- 8.3. A constituição jurídica do agrupamento não é exigida na apresentação da proposta, mas todos os membros de um agrupamento concorrente são responsáveis solidariamente perante a AICEP pela manutenção da proposta.
- 8.4. Não existindo representante comum, a proposta e todos os documentos que a constituem devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.
- 8.5. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, numa das seguintes modalidades jurídicas: sociedade, consórcio externo ou agrupamento complementar de empresas.

9. ESCLARECIMENTOS, ERROS E OMISSÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

- 9.1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem, através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
- 9.2. Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:
 - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
 - d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

- 9.3. Os esclarecimentos solicitados pelos interessados devem ser prestados, através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.
- 9.4. O Conselho de Administração da AICEP pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, não sejam por esta expressamente aceites.
- 9.5. Independentemente do disposto nos números anteriores, o Conselho de Administração da AICEP pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.
- 9.6. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados na plataforma eletrónica acinGov e juntos às peças do procedimento.
- 9.7. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

10. PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

A proposta deve ser apresentada pelo concorrente ou pelo seu representante legal até às **23:59 horas do 15.º (décimo quinto) dia** a contar da data do envio do anúncio para publicação no Diário da República, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 130.º e da alínea a) do n.º 2 do artigo 136.º, ambos do CCP, considerando a publicação do anúncio de pré-informação no Jornal Oficial da União Europeia com a ref.^a OJ S 60/2025, de 26 de março de 2025; salvo se esse prazo terminar em dia não útil, devendo, nesse caso, o termo do prazo ser transferido para as 23:59 do dia útil seguinte.

11. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

- 11.1. A proposta a apresentar deve ser constituída pelos seguintes documentos:
 - a) **Documento Europeu Único de Contratação Pública**, a que se refere o n.º 6 do artigo 57.º do CCP, conforme **Anexo I** ao presente programa do procedimento;
 - b) **Documento com a proposta de preço**, sem o valor do IVA, elaborada de acordo com o **Anexo II** do presente programa do procedimento, a qual não poderá ser



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

superior ao preço base do presente procedimento e deverá contemplar todas as despesas e encargos necessários à plena execução do contrato a celebrar;

- c) Certidão do registo comercial ou código de acesso à certidão permanente e/ou qualquer outro documento que permita atestar a legitimidade para a apresentação de proposta (ex.: procuração), por forma a relacionar o assinante com a sua função e poder de representação para efeitos de assinatura dos documentos que instruem a proposta.

11.2. O concorrente poderá indicar outros aspetos ou prestar outras informações que considere relevantes para a apreciação das propostas de acordo com o critério de adjudicação definido no presente programa do procedimento, desde que os mesmos não contrariem as peças do procedimento.

11.3. A proposta deve ser elaborada em perfeita conformidade com as cláusulas do caderno de encargos, o que implica o seu conhecimento e a sua aceitação total, a cujo cumprimento o concorrente se obriga.

11.4. Em caso de divergência entre os dados indicados pelo concorrente no formulário da plataforma eletrónica acinGov e os constantes da proposta, prevalecerão, para todos os efeitos, os constantes da proposta.

12. MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

12.1. Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica acinGov (<https://www.acingov.pt>) até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

12.2. Todos os documentos devem ser assinados individualmente com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios do concorrente ou dos seus representantes legais, em momento anterior à submissão dos mesmos na plataforma eletrónica acinGov.

12.3. Nos casos em que o certificado digital utilizado não permita relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente juntar à sua proposta o(s) documento(s) que, nos termos legais, ateste(m) os poderes de representação necessários para o efeito.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

- 12.4. Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, designadamente, certidões, certificados ou atestados, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do concorrente que os submete.
- 12.5. Os documentos que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidade terceira, podem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica do concorrente que o submete, atestando a sua conformidade com o documento original.
- 12.6. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes legais.

13. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA

- 13.1. Os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa, ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada/certificada, a qual prevalecerá, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
- 13.2. Sem prejuízo do número anterior, admite-se a utilização de termos ou expressões de natureza técnica em língua inglesa quando convenientes ou necessários.

14. CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DA PROPOSTA

- 14.1. Por motivos de segredo comercial, industrial, militar ou outro, os interessados podem requerer, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, a classificação, nos termos da lei, de documentos que constituem a proposta, para efeitos de restrição ou de limitação de acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 66.º do CCP.
- 14.2. A decisão sobre a classificação de documentos que constituem a proposta deve ser notificada aos interessados, pelo júri, até ao termo do segundo terço do prazo fixado



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

para a apresentação das propostas, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 66.º do CCP.

- 14.3. Quando por força da classificação de documentos que constituem a proposta, não seja possível apresentá-los nos termos previstos no presente programa ou no prazo fixado, o júri pode estabelecer, oficiosamente ou a pedido do interessado, um modo alternativo de apresentação dos documentos em causa ou a prorrogação daquele prazo na medida do estritamente necessário, conforme dispõe o n.º 5 do artigo 66.º do CCP.

15. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes ficam obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de **90 dias** contados a partir do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas.

16. PREÇO BASE

- 16.1. O preço base do presente procedimento é de **829.143,04 € (oitocentos e vinte e nove mil, cento e quarenta e três euros e quatro cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo este o montante que a AICEP se dispõe a pagar pela prestação de todos os serviços previstos no caderno de encargos, bem como pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato a celebrar, nos seguintes termos:

- a) **819.143,04 € (oitocentos e dezanove mil, cento e quarenta e três euros e quatro cêntimos)**, como preço base das licenças definidas no ponto A. da Parte II do presente Caderno de Encargos – que respeita ainda os seguintes preços unitários máximos:

SKU	Descrição	Preço	Notas
	Perfil Enterprise		
AAD-33204	M365 E3 Unified Existing Customer Sub Per User	38,90 €	Valor unitário base mensal
	Additional Products		
83I-00001	M365 Copilot Sub Add-on	29,00 €	Valor unitário base mensal
T6A-00024	O365 E1 Existing Customer Sub Per User	9,70 €	Valor unitário base mensal
7SY-00002	Planner & Project P5 Sub Per User	51,50 €	Valor unitário base mensal
7NQ-00302	SQL Server Standard Core ALng LSA 2L	1 807,00 €	Valor unitário base anual
9EM-00562	Win Server Standard Core ALng LSA 2L	69,00 €	Valor unitário base anual
6WT-00001	O365 Extra File Storage Sub Add-on Extra Storage 1 GB	0,18 €	Valor unitário base mensal

- b) **10.000,00 € (dez mil euros)**, que corresponde a uma bolsa de licenças adicionais, a constituir nos termos definidos no ponto B. da Parte II do presente Caderno de Encargos.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

16.2. O preço base foi determinado em função de consulta preliminar ao mercado, realizada nos termos do artigo 35.º-A do CCP.

16.3. Relativamente à proposta de preço, devem ser observadas as seguintes regras:

- a) Os preços propostos não devem incluir o IVA;
- b) Os preços propostos não devem apresentar mais do que duas casas decimais, se o concorrente apresentar mais do que duas casas decimais, apenas se atenderá ao valor indicado até à segunda casa decimal, sem se proceder a qualquer arredondamento;
- c) Em caso de divergência, os preços indicados por extenso prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos;
- d) Em caso de divergência entre o valor indicado no formulário da plataforma eletrónica acinGov e o valor indicado no documento da proposta de preço, este prevalecerá sobre o primeiro;
- e) Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

17. PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

17.1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 71.º do CCP, não serão definidas as situações em que o preço ou o custo de uma proposta é considerado anormalmente baixo.

17.2. Mesmo na ausência de definição, o preço ou custo de uma proposta pode ser considerado anormalmente baixo, por decisão devidamente fundamentada do Conselho de Administração da AICEP, designadamente por se revelar insuficiente para o cumprimento de obrigações legais em matéria ambiental, social e laboral ou para cobrir os custos inerentes à execução do contrato, caso em que é aplicável o disposto nos números 3 e seguintes do artigo 71.º do CCP.

18. PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes, contendo atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas aos termos expressamente previstos no caderno de encargos.

19. NEGOCIAÇÃO E LEILÃO ELETRÓNICO



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação ou de leilão eletrónico.

20. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, a adjudicação será efetuada à proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator.

21. CRITÉRIO DE DESEMPATE

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, realizar-se-á um sorteio pelo júri cujas regras de realização se encontram definidas no **Anexo III** ao presente programa do procedimento.

22. RELATÓRIOS PRELIMINAR E FINAL E ADJUDICAÇÃO

- 22.1. Após a análise e avaliação das propostas, o júri elabora um relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das propostas.
- 22.2. No relatório referido no número anterior, o júri propõe ainda, de forma fundamentada, a exclusão de qualquer proposta.
- 22.3. Elaborado o relatório preliminar, o júri procede à audiência prévia dos concorrentes, para que, num prazo de 5 (cinco) dias, se pronunciem sobre o mesmo.
- 22.4. Efetuada a audiência prévia, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
- 22.5. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no número 22.3, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
- 22.6. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao Conselho de Administração da AICEP.
- 22.7. Cabe ao Conselho de Administração da AICEP decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.
- 22.8. A decisão de adjudicação é notificada a todos os concorrentes, sendo-lhes remetida uma cópia do relatório final.

23. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

- 23.1. Em caso de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar no prazo de **5 (cinco) dias** úteis a contar da notificação de adjudicação e sob pena de caducidade da mesma, os seguintes documentos:
- a) Declaração emitida conforme o modelo constante do **Anexo II do CCP (Anexo IV)** ao presente programa do procedimento);
 - b) Documentos comprovativos ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
 - c) Declaração relativa ao tratamento de dados pessoais, anexa ao caderno de encargos (**Anexo A**);
 - d) Comprovativo do Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE), para os efeitos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º do Anexo a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 89/2017 de 21 de agosto, na sua redação atual ou indicação do código de acesso gerado pelo RCBE aquando da validação do registo;
 - e) Nos termos e para os efeitos do n.º 9 do artigo 81.º do CCP, um plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, salvo se o adjudicatário for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei.
- 23.2. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos de habilitação devem ser apresentados por todos os seus membros.
- 23.3. Os documentos de habilitação são apresentados diretamente na plataforma eletrónica acinGov ou, no caso de a mesma se encontrar indisponível, para o endereço indicado pela AICEP.
- 23.4. Os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
- 23.5. Quando pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deverão ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, a qual prevalece, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
- 23.6. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, o adjudicatário será notificado



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

relativamente ao qual o facto ocorreu, sendo fixado um prazo máximo de 5 (cinco) dias para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

- 23.7. Caso se verifique que a situação ocorreu por facto não imputável ao adjudicatário, o Conselho e Administração da AICEP concederá, em função das razões invocadas, um prazo adicional de 2 (dois) dias para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
- 23.8. Nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP, o prazo a conceder para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade em conformidade com o preceituado no artigo 86.º do CCP, será de 2 (dois) dias.
- 23.9. O modo de apresentação dos documentos de habilitação obedece ainda ao disposto na Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

24. PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO E RETENÇÃO

- 24.1. Nos termos do n.º 1 do artigo 88.º do CCP, será exigida ao adjudicatário a prestação de uma caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa obrigação.
- 24.2. A caução a prestar será no valor de 5% do preço contratual, nos termos do artigo 89.º do CCP.
- 24.3. O adjudicatário deverá prestar a caução no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação.
- 24.4. Se o preço constante da proposta adjudicada for qualificado como um preço anormalmente baixo, nos termos previstos no ponto 17. do presente Programa do Procedimento, o valor da caução a prestar pelo adjudicatário é de 10% do preço contratual.
- 24.5. A caução pode ser prestada da seguinte forma:
 - a. Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português, nos termos do modelo constante do **Anexo V** ao presente Programa do Procedimento, que dele faz parte integrante;



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

- b. Mediante garantia bancária à primeira solicitação ou seguro-caução, nos termos dos modelos contantes dos **Anexos VI e VII** ao presente Programa do Procedimento, que dele fazem parte integrante;

24.6. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nos n.ºs anteriores, a caução que lhe seja exigida.

25. DESPESAS E ENCARGOS PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

- 25.1. Constituem encargos do concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta.
- 25.2. Nos termos do artigo 94.º do CCP, o contrato será reduzido a escrito.
- 25.3. As despesas e encargos inerentes à celebração do contrato, incluindo eventuais encargos com a prestação de caução, são da inteira responsabilidade do adjudicatário.

26. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E FORO COMPETENTE

- 26.1. Em tudo o que for omissa no presente programa, observar-se-á o disposto no CCP e demais legislação em vigor.
- 26.2. Na ocorrência de eventuais litígios, estes serão dirimidos com recurso à lei portuguesa no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa com expressa renúncia a qualquer outro.

Anexos ao presente programa do procedimento:

Anexo I – Documento Europeu Único de Contratação Pública (a que se refere o n.º 6 do artigo 57.º do CCP);

Anexo II – Modelo de proposta de preço;

Anexo III – Regras de realização do sorteio;

Anexo IV - Modelo de declaração (a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP);

Anexo V - Modelo de declaração: Guia de Depósito Bancário;

Anexo VI – Modelo de declaração: Garantia Bancária;

Anexo VII – Modelo de declaração: Seguro-Caução.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere o n.º 6 do artigo 57.º do CCP)

Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016.

O concorrente deverá completar o preenchimento do DEUCP pré-preenchido pela entidade adjudicante, com as informações que lhe digam respeito, através do link:

<https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt>.

O documento deve ser assinado eletronicamente pelo operador económico ou por representante com poderes para o obrigar, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada.

Recomenda-se, para efeitos de preenchimento do formulário, a prévia leitura da Circular Informativa n.º 01/IMPIC/2016, e demais elementos disponibilizados pelo IMPIC para o efeito, em:

http://www.impic.pt/impic/assets/misc/pdf/Circular_informativa_1_IMPIC_2016.pdf

http://www.impic.pt/impic/pt-pt/noticias/deucp_2

<http://www.impic.pt/impic/pt-pt/noticias/documento-europeu-unico-de-contratacao-publica>



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

“Anexo II – Modelo de Proposta de Preço” em formato xls.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

ANEXO III – REGRAS DE REALIZAÇÃO DO SORTEIO

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será efetuado por sorteio realizado pelo júri na presença do representante legal de cada um dos concorrentes, ato do qual será redigida ata a assinar por todos os intervenientes.

Proceder-se-á ao desempate das propostas, através de sorteio em conformidade com o seguinte procedimento:

- a) Notificação dos concorrentes, com um prazo de 3 dias úteis de antecedência, da data e hora a efetuar o sorteio, através de mensagem na plataforma eletrónica de contratação pública, indicada no presente Programa do Procedimento;
- b) Será concedida uma tolerância de 15 minutos relativamente à hora marcada, após a qual será realizado o sorteio com os concorrentes presentes;
- c) A realização do sorteio terá lugar nas instalações da AICEP, sitas na Rua de Entrecampos, n.º 28, Bloco B – 12.º, 1700-158 Lisboa;
- d) A ordenação será determinada através da metodologia de retirada, pelos concorrentes, de uma bola de um saco opaco, cujo número inscrito na mesma determinará a ordenação das propostas, significando designadamente:
 - i. 1.ª Posição – Bola n.º 1
 - ii. 2.ª Posição – Bola n.º 2
 - iii. 3.ª Posição – Bola n.º 3

e assim sucessivamente, tendo em conta a quantidade de propostas empatadas;

- e) A bola dos eventuais concorrentes em falta, será retirada por uma testemunha externa, na presença de todos os participantes no sorteio;
- f) A ordem de retirada das bolas ocorrerá em conformidade com a ordem de receção das propostas na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov;
- g) Terminado o sorteio, será lavrada uma ata do mesmo, com a ordenação final dos concorrentes, a qual será lida em voz alta pelo Presidente do Júri, após o que será perguntado aos concorrentes presentes se têm alguma objeção;
- h) Não havendo objeções por parte dos concorrentes presentes, será formalmente declarado encerrado o sorteio, sendo a ata assinada por todos os participantes.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁽⁵⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

ANEXO V – MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

Euros:€

Vai (nome do adjudicatário e representante legal], com sede em (morada], depositar na [sede, filial, agência ou delegação] do Banco a quantia de (por algarismos e por extenso) em dinheiro/em títulos (eliminar o que não interessa) à ordem da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., com sede na Rua Júlio Dinis, n.º 748, 9.º Dto., 4050-012 Porto, número único de matrícula e contribuinte fiscal 506 320 120, e com instalações na Rua de Entrecampos, n.º 28, Bloco B, 12.º Andar, 1700-158 Lisboa, como caução do bom e pontual daquelas obrigações do (identificação e designação do procedimento), nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e republicado pelo Decreto-lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação.

O presente depósito permanece válido até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela AICEP, E.P.E., não podendo ser anulado ou alterado sem esse mesmo consentimento.

... (local),... (data),... [assinatura].



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

ANEXO VI – MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

Procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa),.....

Em nome e a pedido de (empresa, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, empresas, números de identificação fiscal e sedes), para efeitos de prestação da(o) (garantia bancária) até ao limite de (montante), para segurança do cumprimento integral das obrigações decorrentes do contrato de (serviços a realizar) celebrado entre a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (AICEP, E.P.E.) e a

A presente garantia em dinheiro cobre até ao citado montante todas e quaisquer responsabilidades e obrigações de, contraídas perante a AICEP, E.P.E., e relativas ao referido contrato de, pelo que o, na qualidade de, se compromete irrevogavelmente a pagar à AICEP E.P.E. quaisquer quantias, até ao referido limite, logo que tal seja solicitado pela AICEP, E.P.E.

A entidade garante não pode opor à entidade beneficiária quaisquer meios de defesa de que a entidade ordenante possa prevalecer-se face à entidade beneficiária.

A caducidade da presente garantia depende da comunicação escrita da AICEP, E.P.E., feita ao Banco, de que cumpriu pontualmente as obrigações emergentes do contrato e legislação antes referidas.

... (local),... (data),... [assinatura].



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

ANEXO VII – MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO

Nos termos e para os efeitos dos artigos dos artigos 88.º a 90.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e do programa de procedimento relativo ao “Concurso Público para a aquisição de serviços de..... [identificar o procedimento]” (doravante o “Programa do Procedimento”), a [Companhia de Seguros], pessoa coletiva n.º [.....], com sede em [.....], matriculada na Conservatória do Registo Comercial de [.....] sob o n.º [.....], com o capital social de [.....] (a “Seguradora”), vem prestar, a pedido de [identificação completa do adjudicatário] (o “Tomador do Seguro”), com sede em [.....], o presente seguro-caução no valor de€ (.....euros), [...% do valor da adjudicação], a favor da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. enquanto entidade contratante (o “Segurado”), em caução do bom e pontual cumprimento pelo Tomador do Seguro de todas e quaisquer obrigações decorrentes da sua qualidade de concorrente no acima referido concurso público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, conforme o disposto no Programa do Procedimento, nos termos seguintes:

1. O presente seguro-caução constitui uma obrigação direta da Seguradora, incondicional, irrevogável e à primeira solicitação, comprometendo-se a Seguradora a proceder ao pagamento de quaisquer quantias ao Segurado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após receção de simples notificação escrita para o efeito efetuada pelo Segurado, por crédito e em Euro na conta bancária indicada naquela notificação;
2. A Seguradora reconhece e aceita expressamente não poder opor qualquer reclamação, de direito ou de facto, ou por qualquer forma questionar a justeza ou fundamento do pedido de pagamento atrás referido ou a sua conformidade com o disposto no Programa do Procedimento ou em quaisquer outros documentos do respetivo concurso público, reconhecendo ainda que tal pedido de pagamento constituirá comprovativo suficiente e conclusivo, sem necessidade de qualquer outra formalidade ou da apresentação de qualquer outro documento, de que o montante reclamado pelo Segurado é devido ao abrigo deste seguro-caução;
3. Tanto a Seguradora como o Tomador do Seguro expressamente reconhecem e aceitam que o presente seguro-caução só poderá ser alterado com o acordo expreso e escrito do Segurado;
4. O presente seguro-caução é válido a partir da data da adjudicação do concurso e manter-se-á em vigor até ser cancelado pelo Segurado, através de comunicação escrita para o efeito



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

remetida pelo mesmo à Seguradora, de acordo com o disposto no artigo 295.º do CCP, não podendo o presente seguro-caução ser cancelado, anulado, ou por qualquer outra forma extinto, exceto por virtude desta comunicação, independentemente da falta de pagamento de quaisquer quantias, de liquidação de quaisquer prémios ou despesas que sejam devidos à Seguradora;

5. Quaisquer despesas decorrentes deste seguro-caução, designadamente prémios e comissões, correm por conta do Tomador do Seguro.

... (local),... (data),... [assinatura].